



25°enancib

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Informação, Decolonialidade e Direitos Difusos para o Desenvolvimento Sustentável

3 a 7 de novembro de 2025 - Rio de Janeiro



XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS DIANTE DE UM CENÁRIO DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

SCIENCE COMMUNICATION: INSTITUTIONALIZATION OF THE ACTIVITY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS IN THE FACE OF BUDGET CUTS

Thâmara Carla Gonzaga Ferreira de Almeida Prado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Magnolia Rejane Andrade dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho traça um breve panorama sobre a divulgação científica no contexto da universidade pública federal, diante do cenário de dificuldades que, na contemporaneidade, permeia a realidade de tais espaços geradores de conhecimento. O estudo buscou caracterizar como os docentes da Universidade Federal de Alagoas concebem o papel da instituição diante das ações de divulgação científica. A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. A coleta de dados foi realizada utilizando questionário online. Os procedimentos para análise e interpretação dos dados se deram com base nos conceitos sobre divulgação científica e universidade pública. Como resultado, a pesquisa revela que, apesar do cenário desafiador, os respondentes concordam em inserir a divulgação científica no rol de atuação da UFAL, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de prestar contas para a sociedade. O público participante indicou que a divulgação científica deveria ser vista como um meio para esclarecer, comunicar-se com o público, a fim de combater a desinformação científica, e discordou da ideia de que tal atividade não deveria ser institucionalizada. A pesquisa, portanto, deixa margem para outras possibilidades de estudo, a exemplo de se investigar, sob a perspectiva de gestores, potenciais impedimentos à institucionalização da divulgação científica no ambiente universitário.

Palavras-chave: divulgação científica; universidade pública federal; docentes; Universidade Federal de Alagoas.

Abstract: This paper provides a brief overview of science communication in the context of federal public universities, given the scenario of difficulties that permeate the reality of such knowledge-generating spaces in contemporary times. The study sought to characterize how teachers at the Federal University of Alagoas conceive of the institution's role in science communication. The research is exploratory and descriptive, with a qualitative and quantitative approach. Data was collected using an online questionnaire. The procedures for analyzing and interpreting the data were based on the concepts of science communication and public universities. As a result, the research reveals that, despite the challenging scenario, the respondents agree that science communication should be included in UFAL's activities, as well as teaching, research and extension activities, in order to be accountable to society. The public indicated that science communication should be seen as a means of clarifying and communicating with the public in order to combat scientific misinformation, and

disagreed with the idea that this activity should not be institutionalized. The research therefore leaves room for further study, such as investigating potential impediments to the institutionalization of science communication in the university environment from the perspective of managers.

Keywords: scientific dissemination; federal public university; professors; Universidade Federal de Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar a questão da divulgação científica no espaço das universidades públicas federais, não se deve ignorar a origem das universidades. Targino (1982) descreveu que tais espaços são marcados por um histórico de marginalização social, sendo considerado, durante muito tempo, como algo “elitista”, restrito a uma parcela da população socioeconômica privilegiada.

Seguindo essa perspectiva histórica e social, tradicionalmente, as abordagens sobre divulgação científica ainda tendem a fazer uma distinção entre os cientistas – vistos como a personificação do conhecimento – e o público: um transmite e outro recebe passivamente (Massarani; Moreira, 2004).

O desenvolvimento industrial e o processo de urbanização fizeram com que mais pessoas adentrassem às instituições de ensino superior (Targino, 1982). No entanto, de modo particular, no que concerne à realidade brasileira, pode-se apontar que foi a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que ampliou as possibilidades reais de acesso ao obrigarem às universidades públicas federais a reservarem 50% de suas vagas para discentes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, considerando-se para o preenchimento de vagas, inclusive, condições de renda familiar, de autodeclaração de heteroidentificação e de condição de pessoa com deficiência (Brasil, 2012). A referida lei foi atualizada e alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Entre as novidades, a redução da renda familiar e a inclusão de quilombolas como beneficiários da reserva de vagas (Brasil, 2023).

No que concerne à divulgação científica, Bueno (2009) já indicava o longo caminho a percorrer quando se considera o estabelecimento da referida atividade, apesar dos avanços registrados, sobretudo, devido ao trabalho realizado por algumas universidades e institutos de pesquisa. Conforme Bueno (2009), ainda se encontram obstáculos nos ambientes que produzem ciência e tecnologia, pois a necessidade de democratizar o acesso ao conhecimento científico ainda não é vista como uma prioridade. Tal situação não converge com a realidade

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

de que mais de 90% da pesquisa produzida no país são originadas nas universidades públicas (ABC, 2022). Por isso, enuncia-se o potencial informativo que há no ambiente de tais instituições geradoras de conhecimento e que deveria ser tornado público, por meio de uma linguagem acessível, para a população.

Ante o exposto, o presente trabalho buscou caracterizar como os docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) concebem o papel da Universidade diante das ações de divulgação científica. Levando-se em consideração um contexto marcado por cortes sucessivos de recursos que afetam o funcionamento das universidades públicas federais, bem como da diminuição na quantidade e nos valores de bolsas para estudantes de pós-graduação que, sob orientação dos professores, dão andamento às pesquisas. Tal realidade tem apresentado consequências severas, a exemplo do desinteresse de jovens em cursar o ensino superior ou uma pós-graduação, além dos que vão para outros países ou desistem em definitivo da ciência como profissão (Escobar, 2022).

O estudo se justifica pois são as universidades públicas as que mais publicam pesquisas acadêmicas (*Web of Science Group*, 2019) e, em um contexto local, por ser a UFAL a maior instituição de ensino superior pública situada em estado que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupa a penúltima posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021, considerando os 26 estados do Brasil e o Distrito Federal (IBGE, 2021).

Neste trabalho, relata-se, brevemente, concepções acerca da divulgação científica, a situação atual de cortes orçamentários que marca o ambiente das universidades públicas federais, contextualizando em relação ao ambiente da UFAL. Na sequência, estão configurados o enquadramento metodológico. Posteriormente, apresentam-se dados da pesquisa que indagou aos docentes se a divulgação científica deveria ser uma atividade institucionalizada na UFAL ou deveria ser realizada por meio de uma política nacional. Seguido das considerações finais e, por fim, as referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção versa sobre concepções acerca da divulgação científica, buscando contextualizar em relação ao cenário de dificuldades financeiras que permeia a realidade das universidades públicas federais brasileiras. Tal correlação é feita no sentido de que, uma vez que a falta de financiamento impede o andamento das pesquisas, conseqüentemente, pode afetar a possibilidade de uma realização contínua de atividades de divulgação científica.

2.1 Divulgação científica e universidades públicas

A comunidade científica ocupa uma posição privilegiada por ter acesso ao conhecimento, além de métodos e de um conjunto de pares para verificá-lo. Dar condições de acesso a essa estrutura intelectual, sobretudo, no que concerne ao ambiente das universidades públicas federais brasileiras, configura-se como uma ação de significativa reverberação social.

No entanto, o que se observa em relação aos conhecimentos elaborados em tais ambientes é uma restrição de acesso a informações de interesse público, não no sentido de que são tratados de forma majoritariamente sigilosas, uma vez que podem ser encontrados em revistas científicas, mas pela ausência de um trabalho de divulgação científica que permita que esse conhecimento chegue de forma compreensível para a sociedade. “Com raras exceções, pouco se tem feito para uma atuação divulgativa consistente e permanente para as camadas populares” (Moreira; Massarani, 2002, p. 64).

Ao conceituar divulgação científica, Bueno (1985, p. 1421) afirma que “[...] compreende a utilização de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral”. O público-alvo é heterogêneo e, para se alcançar níveis de compreensão, há a necessidade de um discurso decodificado (Bueno, 2010).

Reconhece-se avanços a favor de sua realização, porém tal atividade ainda não se caracteriza como uma atividade salutar e de prestígio no meio acadêmico, assim como ocorre com a publicação de artigos científicos destinados para os pares, sendo vista como uma tarefa marginal (Moreira; Massarani, 2002). Gazzinelli (2005) defende que

[...] a divulgação científica não é uma tarefa desprezível e pode gerar resultados apreciáveis para a sociedade. O próprio cientista tem um ganho, porque, ao criar imagens para explicar conceitos novos para o leitor não-especializado, sua própria compreensão deles aumenta.

Ao observar a rotina dos docentes de universidades públicas federais — marcada pelo acúmulo de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além da escassez de recursos e da desvalorização da carreira no Brasil —, é pertinente considerar que essa realidade pode interferir na continuidade das ações de divulgação científica.

2.2 Cenário de restrições orçamentárias nas universidades

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 apresenta o caráter autônomo das universidades, nos âmbitos didáticos, científicos, administrativos, financeiros e patrimoniais, além da obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988).

São instituições dedicadas à pesquisa e à formação de recursos humanos nas diversas áreas, além de prestarem serviços à população por meio de ações extensionistas, e que dependem de recursos públicos para financiar o funcionamento de suas atividades. Conforme artigo 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (Brasil, 1996). O Brasil tem o total de 69 universidades federais (Santos, 2025).

Ocorre que os cortes contínuos para as instituições de pesquisa na proposta orçamentária elaborada pelo governo federal vêm ocasionando uma evasão intelectual de cientistas que migraram para outros países em busca de condições para continuar atuando ou até mesmo que desistiram da carreira de pesquisador (Westin, 2020). Tal realidade alcança instituições de ensino e pesquisa em todo o país e preocupa profissionais que têm a ciência como ofício.

A falta de financiamento é um dos grandes entraves da área da pesquisa no Brasil e, conseqüentemente, faz com que a carreira de pesquisador não seja uma tarefa fácil. Um projeto realizado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), o qual buscou traçar *O perfil do cientista brasileiro em início e meio de carreira*, tendo como recorte os que concluíram o doutorado entre 2006 e 2021, apontou que os jovens cientistas se deparam com situações desfavoráveis quando o assunto é conseguir financiamento para suas pesquisas. De acordo com o estudo citado, 73,61% dos participantes revelaram dificuldade para conseguir financiamento e 62,43% responderam que não possuem projetos financiados pelo Conselho

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão federal que aloca recursos para pesquisa do Brasil (ABC, 2023).

No caso da universidade alagoana, o orçamento disponibilizado segue abaixo da inflação, de forma consecutiva, desde 2019, acarretando acúmulo de dívidas de contas básicas, a exemplo de água e luz, segundo apontou a coordenadora da Coordenadoria de Programação Orçamentária (CPO), Luísa Oliveira, setor vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Institucional (PROGINST) da universidade, em matéria realizada por Araújo (2024). Em nota publicada no portal da UFAL, o reitor Josealdo Tonholo, declarou que

As universidades federais enfrentam uma grave crise orçamentária. O orçamento está sendo corroído paulatinamente, desde 2015, levando à beira do abismo da insolvência. O orçamento discricionário nem de longe acompanhou a expansão territorial e dos relevantes serviços prestados à gente brasileira pelas Universidades e Institutos Federais (Araújo, 2025).

Ante esse cenário de restrições, os docentes, servidores públicos concursados, têm entre suas atribuições profissionais ensinar nos cursos de graduação e de pós-graduação, orientar estudantes em trabalhos acadêmicos e realizar ações de extensão. De forma cumulativa, atuam como pesquisadores, muitos de renome internacional, e, por isso, precisam se dedicar a estudos, observações e experimentos. Por conseguinte, publicar artigos, participar de eventos, elaborar projetos para captar recursos para pesquisas em outras fontes, uma vez que o financiamento institucional não é suficiente.

Soma-se ao rol de tarefas dos docentes pesquisadores, as atividades de caráter administrativo, tal como relatado no estudo da ABC (2023). Muitos dos cargos de gestão das universidades públicas federais, sobretudo os de alto escalão, a exemplo dos de pró-reitores, são ocupados por docentes. E esse acúmulo de tarefas foi apontado por 78,76% dos jovens pesquisadores como um fator prejudicial à realização de atividades que refletem na produtividade intelectual. Já 73,39% responderam que não dispõem de tempo suficiente para se dedicar à produção de artigos (ABC, 2023).

Ante o exposto, a hipótese que surge é que o enunciado em aceitar a institucionalização da divulgação científica ou defendê-la como uma política nacional de Estado pode ser uma realidade a encontrar resistência entre os docentes da universidade pública federal, tendo em vista que seria mais uma tarefa a ser acrescida, entre tantas outras

que já são obrigados a realizar, em um cenário marcado de forma expressiva pela falta de recursos e de desvalorização da carreira no Brasil.

Com efeito, tal quadro exige uma urgente mobilização nacional e, nesse cenário, a divulgação científica também poderá se configurar como uma atividade que auxilie na construção de uma consciência política e social acerca da necessidade de valorizar e viabilizar a ciência realizada nas universidades públicas federais, sobretudo, no caso brasileiro, em que o Estado concentra a principal estrutura de ciência e tecnologia.

3 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, pois intencionou reunir informações e estimar opiniões que permitissem caracterizar como os docentes da UFAL concebem o papel da universidade diante das ações de divulgação científica. Para tanto, foi preciso levantar dados para reunir informações sobre a questão e explicitá-la, tal como descreve Gil (2002).

Em relação à abordagem, apresenta-se como qualitativa e quantitativa, visualizando tais categorias como indissociáveis para a compreensão do problema apresentado neste estudo, tal como argumenta Bufrem (2021). Portanto, buscou-se evitar a apresentação dicotômica entre quantidade e qualidade, uma vez que estes se posicionam como aspectos inseparáveis do objeto investigado (Bufrem, 2021). Fontes bibliográficas e de natureza documental foram utilizadas.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário *online* enviado por *e-mail*. As proposições não eram obrigatórias e os respondentes poderiam responder as quais quisessem, caracterizando, assim, o caráter voluntário da pesquisa. Por isso, no decorrer das proposições, foram registrados números diferentes de respondentes, para mais ou para menos. O universo foi constituído por 1.656 docentes efetivos que compõem o quadro de servidores da UFAL. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAL, o qual analisou e aprovou o projeto conforme Número do Parecer: 7.000.317, liberado em 12 de agosto de 2024, sendo os dados coletados de 4 de setembro a 4 de outubro de 2024.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no momento de confirmar a participação e autorizar o uso dos dados coletados, 91 (98,9%) participantes concordaram em participar e 1 (1,1%) não concordou. Os dados foram expostos no formato de quantitativo, de modo a deixar evidente o total de respondentes, distinguir o quantitativo

de participantes que se registrou nas proposições e, assim, buscar evitar a tendência a generalizações em relação ao universo da pesquisa. Os dados foram trabalhados por meio dos procedimentos de análise e interpretação a partir de conceitos sobre divulgação científica, crise/desconfiança da ciência e universidades públicas.

4 UFAL DIANTE DAS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

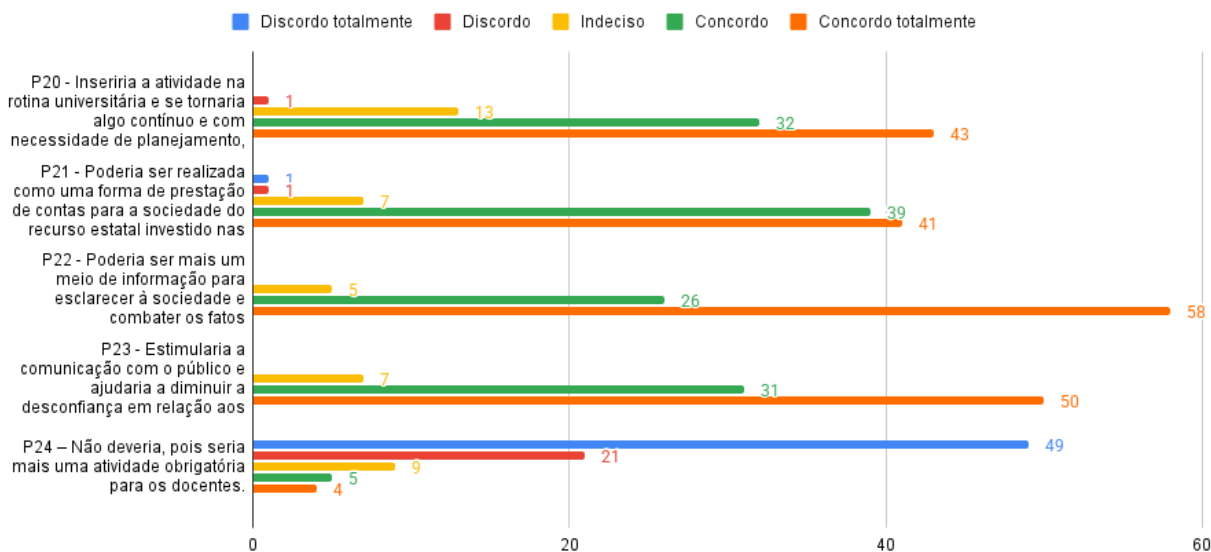
Ao consultar a LDB e a Constituição Federal, é notório observar que, de modo expresse, tanto o legislador constitucional quanto o infraconstitucional evidenciaram que a missão institucional das universidades é promover o ensino, a pesquisa e a extensão. De modo igualmente explícito, não se percebe um direcionamento no que concerne à divulgação científica, particularmente, quando considera o que está expresse no artigo 207 da Carta Magna. Todavia, reconhece-se que a atividade existe e o que se percebe é que a ausência de uma prática institucionalizada ou como uma política nacional tende a repercutir na vida das pessoas, uma vez que as impedem de acessarem saberes científicos e de compreenderem os fenômenos que influenciam suas realidades.

No ambiente das universidades públicas, a dimensão da divulgação científica tende a ser mencionada na Política de Comunicação, tal como ocorre com as universidades federais de Sergipe (2021) e do Rio Grande do Norte (2017), a título de exemplificação. A UFAL ainda não dispõe de uma Política de Comunicação aprovada, conforme apontado no estudo de Oliveira (2022). Matéria publicada no site da instituição informava que a UFAL estava em processo de construção da Política de Comunicação e que a minuta do documento estava aberta para receber contribuições, por meio da plataforma Participa Mais Brasil (Soares, 2025).

Ante esse contexto, a pesquisa questionou ao público-alvo se a divulgação científica deveria ser uma atividade institucionalizada na UFAL ou deveria ser realizada por meio de uma política nacional, mediante uma sequência de proposições. No Gráfico 1, apresenta-se o ponto de vista dos docentes.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Gráfico 1 – Institucionalização da divulgação científica na UFAL ou política nacional



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Proposições(P)/total de respondentes: P20/89, P21/89, P22/89, P23/88 e P24/88. Os números do gráfico representam os respondentes e não a porcentagem.

De acordo com os dados da pesquisa, a maior parte dos respondentes disse que “concorda” e “concorda totalmente”, pois (P/20 – 75 respostas) inseriria a atividade na rotina universitária, tal como as ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como (P/21 – 80 respostas) poderia ser realizada como uma forma de prestação de contas para a sociedade do que é feito pelas universidades. Nessas duas proposições, revela-se uma propensão dos respondentes em tornar a UFAL mais próxima da sociedade pela institucionalização da atividade, mostrando para a população o trabalho realizado. Tais respostas são significativas, sobretudo, a considerar a realidade social do estado em que se localiza a UFAL, cujos dados, apesar dos avanços, ainda apresentam elevadas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil e uma das menores rendas mensais per capita do país. O que evidencia a essencialidade dos serviços prestados e o protagonismo da UFAL e de seus docentes no acesso, na produção, na divulgação do conhecimento e na contribuição de projetos (UFAL, 2023).

Ainda sobre a institucionalização da divulgação científica, o público respondente “concorda ou concorda totalmente” (P22 – 84 respostas) que poderia ser mais um meio de informação para esclarecer a sociedade e combater os fatos anti científicos que atentam contra a produção acadêmica realizada nas universidades, além de que (P23 – 81 respostas)

estimularia a comunicação com o público e ajudaria a diminuir a desconfiança em relação à ciência (Gráfico 1).

Ao indicar concordar e concordar totalmente com a proposição P22 (Gráfico 1), o público respondente parece estar atento à “crise epistêmica” apontada por Oliveira (2020, p. 23), a qual atinge diversas instituições, entre elas, a ciência. Esse assunto é recorrente, apesar do reconhecido prestígio desse campo de produção cultural (Signates, 2012), mas vem sendo impactado pelo crescimento exponencial do uso das redes sociais como fonte de busca de informação científica (Huber *et al.*, 2019). Há também a realidade de um generoso acesso a outros meios de comunicação que, diante da falta de letramento científico da população, acaba por favorecer o consumo de *fake news* (Bueno, 2022 *apud* Menezes, 2022¹).

No que concerne ao questionado na P23 (Gráfico 1), de modo interligado, os participantes também indicam perceber o sentimento público de desconfiança em relação à ciência. Huber *et al.* (2019) apontam que a narrativa de que a ciência não é confiável vem se impondo de modo considerável. No caso das universidades públicas, as que mais publicam pesquisas acadêmicas (*Web of Science Group*, 2019), isso tem um peso significativo, pois, com base nos argumentos de Huber *et al.* (2019), serão as pesquisas realizadas pelos docentes de tais espaços que poderão nortear as decisões de gestores e formar a opinião pública. Sendo mantidas por recursos públicos, a questão da confiança também se mostra fundamental no momento de se captar participantes de pesquisa e financiamentos públicos (Huber *et al.*, 2019).

Apesar de possuírem uma rotina de trabalho marcada pelo acúmulo de tarefas, administrativas e acadêmicas que os prejudicam, inclusive, nas atividades de pesquisa, além das dificuldades no acesso ao financiamento (ABC, 2023), sendo essas situações com potencial para gerar resistência a realizar divulgação científica, a maioria discorda totalmente ou discorda de que (P24 – 70 respostas) tal atividade não deveria ser institucionalizada, pois seria mais uma obrigação para os docentes (Gráfico 1).

¹ O trecho foi retirado de uma entrevista em que são feitas referências a falas de vários especialistas. Utilizou-se a expressão *apud* de modo a deixar claro o caráter da citação. Veja: MENEZES, A. V. Mais de 200 anos de comunicação da ciência no Brasil: falta de letramento científico é determinante para brechar o crescimento da divulgação científica. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 3, jul./set. 2022. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3159>. Acesso em: 21 maio 2025.

Logo, sinalizando uma possível adesão de que a divulgação científica deveria integrar o escopo institucional da UFAL ou de uma política nacional, apesar do cenário de acúmulo de tarefas e marcado por graves restrições orçamentárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da hipótese de que poderia haver uma resistência do público-alvo em relação à institucionalização da divulgação científica no ambiente da UFAL ou por meio de uma política nacional. Essa possibilidade foi formulada tendo por base a jornada de trabalho que caracteriza a rotina dos docentes de tais instituições e as dificuldades pelas quais passam esses ambientes geradores de conhecimento, como evidenciado no documento e no estudo da ABC (2022, 2023), além do levantamento documental de matérias jornalísticas sobre o contexto atual brasileiro e da UFAL. No entanto, ao considerar os respondentes no ambiente institucional da UFAL, tal hipótese não se confirmou, como pôde ser constatado nos dados da pesquisa realizada.

Os dados coletados junto aos respondentes demonstraram a concordância em relação a inserir a divulgação científica no rol de atuação da UFAL ou por meio de uma política nacional, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de prestar contas para a sociedade. O público participante indicou que a divulgação científica deveria ser vista como um meio para esclarecer, comunicar-se com o público, a fim de combater a desinformação científica, e discordou da ideia de que tal atividade não deveria ser institucionalizada.

Oportuno observar que tais dados foram coletados após um período de greve nacional que reuniu professores de universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (Sinimbú, 2024). Os docentes da UFAL aderiram ao movimento no dia 29 de abril (G1, 2024). Entre as principais reivindicações, algumas contemplavam situações apontadas pelo estudo e documento da ABC (2023;2022), a exemplo de mais recursos para pesquisa, além da estruturação das condições de trabalho nas universidades.

Portanto, por meio deste estudo, observa-se que há margem de ação para se trabalhar a institucionalização da divulgação científica no ambiente da UFAL. De caráter exploratório, a presente pesquisa deixa margem para outras possibilidades de pesquisa, a exemplo de se investigar, sob a perspectiva de gestores, potenciais impedimentos à institucionalização da divulgação científica no ambiente universitário.

REFERÊNCIAS

ABC. **A importância da ciência como política de Estado para o desenvolvimento do Brasil:**

Documento da ABC aos Candidatos à Presidência do Brasil. 2022. Disponível em:

<https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Publica%C3%A7%C3%A3oPresidenci%C3%A1veis-2022.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.

ABC. **Perfil do cientista brasileiro em início e meio de carreira.** 2023. Disponível em:

<https://www.abc.org.br/publicacoes/institucional/perfil-do-cientista-brasileiro-em-inicio-e-meio-de-carreira/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ARAÚJO, Simoneide. Em nota, reitor faz alerta sobre grave situação nas universidades federais. **Ufal**, 14 maio 2025. Disponível em:

<https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2025/5/em-nota-reitor-faz-alerta-sobre-grave-situacao-nas-universidades-federais>. Acesso em: 23 maio 2025.

ARAÚJO, Simoneide. Orçamento 2024 previsto para Ufal está 4% menor que o do ano passado. **Ufal**, 8 mar. 2024. Disponível em:

<https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2024/3/orcamento-2024-previsto-para-ufal-esta-4-menor-que-o-do-ano-passado>. Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art5xxxiii. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência [...]. Brasília, DF: 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 6 dez. 2024.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 15, p. 1-12, 2010. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BUENO, Wilson Costa. Jornalismo científico: conceito e funções. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 9, p. 1420-1427, 1985. Disponível em:

<https://biopibid.paginas.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%Adfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BUENO, Wilson Costa. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. *In.*: PORTO, CM. (org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 113-125. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-06.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

BUFREM, Leilah Santiago. Qualidade e quantidade como categorias indissociáveis de pesquisa. **Informação & Informação**, v. 26, n. 4, p. 200-222, 2021. DOI: 10.5433/19818920.2021v26n4p200. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44970>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ESCOBAR, Herton. ABC pede fim do desmonte e resgate da ciência no próximo governo. **Jornal da USP**, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/abc-pede-fim-do-desmonte-e-resgate-da-ciencia-no-proximo-governo/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GAZZINELLI, Ramayna. A divulgação científica como instrumento de cidadania. **Revista Diversa**: Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, ano 3, n. 8, out. 2005. Disponível em: [https://www.ufmg.br/diversa/8/artigo-
adivulgacaocientificacomoinstrumentodecidadania.htm](https://www.ufmg.br/diversa/8/artigo-adivulgacaocientificacomoinstrumentodecidadania.htm). Acesso em: 24 jan. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

G1. Professores da Ufal entram em greve por tempo indeterminado. **G1**, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/arquivo/noticia/2024/04/29/professores-da-ufal-entram-em-greve.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

HUBER, Brigitte; *et al.* Fostering public trust in science: The role of social media. **Public Understanding of Science**, v. 28, n. 7, p. 759–777, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0963662519869097>. Acesso em: 02 maio 2025.

IBGE. **Economia**: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>. Acesso em: 12 set. 2024.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu. Divulgación de la ciencia: perspectivas históricas y dilemas permanentes. **Quark**, n. 32, p. 30-35, abr./jun. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/37761776_Divulgacion_de_la_ciencia_perspectivas_historicas_y_dilemas_permanentes. Acesso em: 20 maio 2025.

MENEZES, Adriana Vilar de. Mais de 200 anos de comunicação da ciência no Brasil: falta de letramento científico é determinante para brechar o crescimento da divulgação científica. **Ciência e Cultura**, v.74, n. 3, jul./set. 2022. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3159>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MOREIRA, Ildeu; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. *In.*: MASSARANI, Luisa; *et al.* **Ciência e Público caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002. p. 43-64. Disponível em:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

https://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

OLIVEIRA, Camila Fialho de. **Divulgação científica na universidade pública**: um estudo de caso na Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Alagoas. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12115>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Thaianne. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos v. 22, n. 1, p. 21-35, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03/60747736>. Acesso em: 3 set. 2024.

SANTOS, Cleberson. Brasil tem 69 universidades federais; conheça cada uma. **CNN Brasil**, 16 jan. 2025. Disponível em: <https://cnnbrasil.com.br/educacao/brasil-tem-69-universidades-federais-conheca-cada-uma/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 133–148, 2012.

SINIMBÚ, Fabíola. Professores de universidades e institutos federais entram em greve. **Agência Brasil**, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-04/professores-de-instituicoes-federais-de-ensino-entram-em-greve>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOARES, Manuella. Ufal propõe Política de Comunicação para aprimorar transparência. **Ufal**, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2025/3/ufal-propoe-politica-de-comunicacao-para-aprimorar-transparencia-e-unidade-institucional>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TARGINO, Maria das Graças. Universidade brasileira: uma visão crítica. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 5, n. 1, p. 13-21, 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62291>. Acesso em: 17 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão do Exercício 2022**. Maceió: UFAL, 2023. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao/2022/relatorio-de-gestao-ufal-2022.pdf/view>. Acesso em: 22 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 182/2017-CONSEPE, de 14 de novembro de 2017. **Institui a Política de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal – RN, 2017. Disponível em: <https://sipac.ufrn.br/sipac/VerInformativo?id=128046&imprimir=true>. Acesso em: 7 nov. 2024.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Resolução nº 18/2021/CONSU. **Política de Comunicação e Transparência**. São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://comtransparencia.ufs.br/pagina/24906-politica-de-comunicacao-e-transparencia>. Acesso em: 15 mar. 2025.

WEB OF SCIENCE GROUP. **A pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência - Análise preparada para a CAPES pelo Grupo Web of Science, 2019. Disponível em: https://discover.clarivate.com/Research_Excellence_Awards_Brazil_Download. Acesso em: 18 ago. 2024.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. **Agência Senado**, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 28 jul. 2024.